

59/ Aug

1- Dire. C/RS

aguardar



ARR. CX 9/78

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXERCÍCIO DE 19 78

INTERESSADO: ARNALDO PRATTI

PROTOCOLADO SOB Nº 1.366/78

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº

39/78

ASSUNTO:

Projeto de Decreto Legislativo, considerando de utilidade pública o Clube de Radiomadores Capixabas "CRAC".

AUTUAÇÃO

Aos 24 dias do Mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e oito, autúo, nos termos da lei, a petição de fls. 1 e mais documentos que se seguem.

L. R. Roda

Protocolista



Câmara Municipal de Vitória
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Protocolo Geral

N.º 1366/78

Em 24 de 10 de 1978

Dr. Rocho
Protocolista

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39/78.

Art. 1º - É considerado de utilidade pública o Clube de Radioamadores Capixabas-
" CRAC "

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-
posições em contrário.

Sala das Sessões em, 24 de outubro de 1978.

Arnaldo Pratti
ARNALDO PRATTI

Vereador

Maria Lygia



Câmara Municipal de Vitória
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N.

J U S T I F I C A T I V A

O Clube de Radioamadores Capixabas, é uma entidade sem fins lucrativos e visa congregar a classe de radioamadores.

O lema é a fraternidade universal e a experiência tecnológica / no campo da eletrônica.

Justo será o reconhecimento desta Câmara, tornando de utilidade pública uma entidade que congrega radioamadores, estes homens que transmitem e recebem mensagens de caráter de utilidade pública.

EDITAL DE EXTRAVIO

JOAO ERNESTO BUCHER, brasileiro, casado, Lavrador, residente no município de Colatina, ES. Comunica para as devidas finalidades o extravio da plaqueta de Identificação do chassi do veículo marca Volkswagen ano de fabricação 1967, cor branco, chassi nº B7.418.167, motor nº BF.89695, placa DG-0569.

Colatina, 21 de setembro de 1977

(061859 — 3 vezes)

EDITAL DE EXTRAVIO

SAMUEL S. INT BARBE EMMOT, Argentino, Engenheiro Civil, residente e domiciliado nesta Capital à Av. Rio Branco 1766 aptº 101, comunica a quem interessar possa, que se encontra extraviada sua Carteira Nacional de Habilitação nº 017.508-PA-01-18 Via, expedida em Belém (PA) em 02.05.74, categoria Amador.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS
Comarca da Capital — Vitória — ES.

EDITAL DE EXTRAVIO

Wilson Cortelezzi, comunica ao público em geral, que foi extraviada a plaqueta de número 114.321.324, da cartoceria do corcel placa EI-5709-ES, motor nº 30.664, construído na fábrica nº 184EP/32.413 ano de fabricação 1974.

Registrado no Livro A-1 da 100ª
Vitória, 22 de Setembro de 1977
Wilson Cortelezzi

(61901 — 3 vezes)

(0000000)

RESUMO DOS ESTATUTOS DO CLUBE DE RADIOAMADORES CAPIÇABAS — "CRAC"

Título I — do Clube, da Sede, de Seus Fins

Art. 1º — O clube de Radioamadores Capichabas, designado pela sigla "CRAC", é uma sociedade civil, independente, sem fins comerciais, de duração indeterminada, composta de radioamadores e daqueles que se interessam pelo desenvolvimento do radioamadorismo e da eletrônica em geral com caráter técnico, científico, experimental, educacional, assistencial e social, tendo sede e fôco na cidade de Vitória E.S.

Art. 2º — São as seguintes as finalidades do CRAC:

- incentivar, propagar e desenvolver o radioamadorismo e a ciência eletrônica;
- prestar assistência gratuita aos seus associados;
- prestar auxílio às instituições oficiais e às particulares nos casos de calamidade pública;
- promover reuniões técnico-científicas entre seus associados;
- promover reuniões sociais entre seus associados, convidados e respectivas famílias;
- manter uma estação de Radioamador, para uso de seus associados devidamente licenciados;

Art. 3º — Os sócios do CRAC ressalvado o disposto no § 4º do art. 7º não respondem subsidiariamente pelas obrigações que o Clube venha assumir.

Art. 30º — A diretoria terá os seguintes cargos:

- Diretor
- Vice-Diretor
- Secretaria
- Tesoureiro

Art. 32º — Compete ao Diretor:

- representar o CRAC ou delegar poderes em todas as solenidades em que deve estar presente.

Art. 38º — A Comissão fiscal será constituída por três membros, sócios do Clube, escolhidos pelo Conselho Deliberativo, todas as vezes que se tornar necessária sua presença.

Art. 55º — Deliberada a dissolução será imediatamente eleita uma comissão destinada a realizar o ativo e efetuar o pagamento do passivo, dentro de um prazo que se estabelecerá.

Art. 56º — Os haveres líquidos apurados serão distribuídos, em partes iguais entre os sócios proprietários que estiverem em gozo de seus direitos.

HUMBERTO ADOLPHO BUCHER — Diretor

NAZARENO MEDEIROS — Secretário

(61965 — 1 vez)

— XX —

DIREÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S/A
C.G.C. (MF) 27.363.217/0001-12

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CAPITAL AUTORIZADO:	Cr\$ 20.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO:	Cr\$ 10.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO:	Cr\$ 4.550.000,00

São convidados os Senhores Acionistas da DIREÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 28 de outubro de 1977, às 14 horas, em seu Escritório na Avenida Champagnat, 620, para a seguinte ordem do dia:

- Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, do Balanço Geral, da Demonstração da conta Lucros e Perdas e do Parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício encerrado em 30 de junho de 1977;
- Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o exercício de 1977/1978 e fixação de sua remuneração;
- Assuntos gerais.

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas em nossos escritórios na Avenida Champagnat, 620, os documentos contábeis a que se refere a letra "A" deste edital.

Vila Velha-ES, 27 de setembro de 1977.

GERALDO PACHECO DA COSTA — Diretor-Presidente
(61994 — 3 vezes)

— XX —

IGREJA EVANGÉLICA DA LIBERTAÇÃO

RESUMO ESTATUTÁRIO

Primeira Assembleia Constituinte

Com o nome de Igreja EVANGÉLICA DA LIBERTAÇÃO, fica constituída por tempo indeterminado e com número ilimitado de membros, sem distinção de sexo, idade,

JOSE T. GUIMARAES
TITULO 14
3.º Ofício
Nadyr Fernandes
SUBSTITUTA
Dilão Fernandes Teixeira
ESCRIVENTE JURAMENTADO
Av. Champagnat - Ed. CROTO - Loja 2

Certifico e dou fé que esta fotostática é
reprodução fiel do original autenticando-a
nos termos do art. 2.º do Dec. Lei 2148 de
25-4-1940.

Em testemunha de verdade
Vila Velha, 23 de 1945
FABRILIAO
Tel 229-0359

ESTATUTO DO CLUBE DE RADIOAMADORES

C A P I X A B A

TÍTULO I - DO CLUBE, DA SEDE, DE SEUS FINS

Art. 1º - O Clube de Radioamadores Capixaba, designado pela sigla "CRAC", fundado em 04/08/68, é uma associação civil, in dependente, sem fins comerciais lucrativos, de duração indeterminada, composta de radioamadores e daqueles que se interessam pelo desenvolvimento do radioamadorismo e da eletrônica em geral, com caráter técnico, científico, experimental, educacional, assistencial e social, com se de e fôro na Cidade de Vitória, ES, à Rua Alberto de O liveira Santos, 59, sala 711.

Art. 2º - São as seguintes as finalidades do CRAC:

- a. incentivar, propagar e desenvolver o radioamadorismo e a ciência eletrônica;
- b. prestar auxílio às instituições oficiais e às parti culares, nos casos de calamidade pública;
- c. prestar assistência radiotécnica gratuita aos seus associados;
- d. promover reuniões técnico-científicas entre seus as sociados;
- e. promover reuniões sociais entre seus associados, con vidados e respectivas famílias;
- f. manter uma estação de radioamador, para uso de seus associados devidamente licenciados.

Art. 3º - Os sócios do CRAC não respondem subsidiariamente pelas obrigações que o clube venha a assumir.

TÍTULO II - DOS SÓCIOS

CAPÍTULO I - Das categorias sociais

Art. 4º - O quadro social do CRAC será composto de sócios radio amadores, ou não, sem discriminação de nacionalidade, cor, religião, ou posição social, nas seguintes catego rias: a) fundadores; b) beneméritos; c) proprietários (em número limitado); d) contribuintes.

*Buel
Horta*

CAPÍTULO III- Dos sócios fundadores

- Artº 6º - São sócios beneméritos os que prestarem relevantes ser
viços ao CRAC e se assim forem reconhecidos pela Assem
blêia Geral, a qual caberá a concessão do título.
- § 1º - A proposta de concessão do título de benemérito será de
iniciativa de qualquer sócio, em pleno gozo dos direi
tos sociais, dirigida ao Conselho Deliberativo, que a
examinará, submetendo-a ou não à Assemblêia para o reco
nhecimento.
- § 2º - O título de benemérito é pessoal e intransferível e con
cede ao seu possuidor todos os direitos e o obriga a to
dos os deveres dos sócios contribuintes, exceto o paga
mento de contribuições pecuniárias de caráter permanen
te.

CAPÍTULO IV - Dos sócios proprietários

- Art. 7º - São sócios proprietários aqueles que integralizarem o
pagamento dos títulos adquiridos.
- § 1º - A transferência do título de sócio proprietário só pode
rã ser feita a radioamador, se o adquirente reunir as
condições exigidas para admissão no quadro social e se
a proposta for aprovada pela Diretoria.
- § 2º - A transferência citada no parágrafo anterior fica sujei
ta ao pagamento da respectiva taxa fixada anualmente pe
lo Conselho Deliberativo.
- § 3º - É assegurado ao sócio proprietário o direito de ser re
presentado por procurador legalmente constituído.
- § 4º - No caso de morte de sócio proprietário, ficam seus her
deiros automaticamente possuidores do seu título.
- § 5º - Os sócios proprietários gosarão descontos de 50% (cinco
enta por cento) sobre as taxas e mensalidades criadas
pelo Conselho.

CAPÍTULO V - Dos sócios contribuintes

- Art. 8º - São sócios contribuintes aqueles que não pertencendo
às categorias anteriores, estão sujeitos ao pagamento
de mensalidades.

CAPÍTULO VI - Dos direitos dos Sócios

Art. 9º - São direitos dos sócios do CRAC:

- a. frequentar a sede e utilizar-se das vantagens proporcionadas pelo Clube; este direito estende-se aos seus dependentes.
- b. solicitar da diretoria permissão para o uso da sede social para reuniões ou festas familiares, mediante indenização das despesas, desde que o uso seja coerente com as finalidades do Clube;
- c. votar e ser votado, desde que esteja em dia com a tesouraria do Clube ressaltando os casos previstos no artigo 13, § único.

CAPÍTULO VII - Dos Deveres dos Sócios

Art. 10 - São deveres dos sócios:

- a. comunicar à secretaria do CRAC por escrito e dentro de 30 dias, para as devidas anotações, as alterações que se verificarem em seu endereço, estado civil, profissão e outras que modifiquem as declarações constantes de sua proposta de admissão;
- b. tomar parte nas reuniões a que deve estar presente e exercer com pontualidade e exatidão, as funções que lhe forem confiadas;
- c. contribuir para o engrandecimento do CRAC;
- d. zelar pela boa conservação do patrimônio do Clube;
- e. manter-se em dia com as obrigações para com o Clube;
- f. divulgar os regulamentos para obtenção de certificados ou diplomas instituídos pelo CRAC;
- g. não se manifestar, dentro do Clube, sobre matéria em desacordo com as finalidades do mesmo;
- h. apresentar sua carteira social, quando solicitada por quem de direito.

CAPÍTULO VIII - Das penalidades

Art. 11 - Os sócios que deixarem de pagar as mensalidades ou taxa de manutenção a que estiverem sujeitos, por tres meses consecutivos, terão suspensos seus direitos sociais e serão eliminados do quadro social ao completarem seis meses de atraso.

§ 1º - Os sócios eliminados nos termos deste artigo são poderão ser readmitidos mediante nova proposta e após saldar os dêbitos anteriores.

§ 2º - Os sócios eliminados por motivo degradante comprovados, não poderão ser readmitidos.

Art. 12 - Todas as irregularidades praticadas por sócios serão a puradas pela Diretoria que, pelas conclusões a que chegar, poderá aplicar uma das seguintes penalidades:

- a. admoestação por escrito;
- b. suspensão até 90 dias;
- c. eliminação (com homologação do Conselho Deliberativo).

Art. 13 - É passível de pena de admoestação por escrito ou suspensão de até 90 dias, o sócio que:

- a. atentar contra o bom conceito do clube;
- b. promover discórdia entre os associados ou atentar contra a disciplina social;
- c. fazer declarações, falsas ou de má fé, com o objetivo de favorecer admissão de sócios ou ingresso de pessoas convidadas, em informações que prestar à Diretoria;
- d. proceder incorretamente nas dependências do Clube, ou em qualquer reunião social por êle promovida;
- e. desacatar membros da Diretoria e/ou do Conselho Deliberativo ou seus representantes;
- f. causar intencionalmente dano material ao Clube, independentemente da obrigação de indenizar os respectivos prejuízos.

§ único - A pena de suspensão priva o sócio de todos os direitos previstos neste Estatuto, ficando o mesmo obrigado, todavia, ao pagamento das contribuições devidas ao Clube.

Art. 14 - A pena de eliminação será aplicada nos seguintes casos:

- a. quando houver reincidência de falta já punida com a pena de suspensão;
- b. quando houver condenação por sentença transitada em julgado, por crime infamante, que torne o sócio incompatível com a convivência social;
- c. quando houver envolvimento do sócio em escândalo pūblico de grave repercussão no seio da sociedade;

Buel
Horta

d. quando o sócio, não reunindo os requisitos exigidos no Estatuto, tenha sido admitido em decorrência de falsas informações;

e. quando, no exercício de qualquer cargo ou função o sócio desviar dinheiro e/ou bens patrimoniais do Clube.

Art. 15 - Estão sujeitos às penalidades previstas neste Estatuto os sócios de qualquer categoria.

Art. 16 - As irregularidades que venham a ser praticadas por membros da Diretoria serão apuradas e julgadas pelo Conselho Deliberativo.

§ único - Quando a irregularidade for cometida por membro(s) do Conselho Deliberativo, o assunto será levado à Assembléia Geral.

Art. 17 - É assegurado ao sócio o direito de recurso ao Conselho Deliberativo da penalidade imposta, no prazo improrogável de quinze dias, à contar da data do recebimento da notificação; fica, entretanto, assegurado a todo os associados o direito de recurso à Assembléia Geral, ordinária, em última instância.

CAPÍTULO IX - Da admissão

Art. 18 - Poderão ser admitidos como sócio do CRAC os cidadãos que satisfaçam as seguintes condições:

- a. ter idade mínima de 18 anos;
- b. idoneidade moral devidamente comprovada mediante parecer da Comissão de Sindicância;
- c. Não ser portador de moléstia infecto-contagiosa, comprovada mediante atestado médico;
- d. apresentar atestado médico de sanidade mental.

§ único - O Clube se reserva o direito de solicitar novas comprovações das condições exigidas, a qualquer tempo.

TÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I - Da Assembléia Geral

Art. 19 - A Assembléia Geral será constituída de sócios em pleno gozo dos direitos previstos neste Estatuto e se reunirá:

- a. ordinariamente na segunda quinzena de maio, para tomar conhecimento dos atos da Diretoria através de seu relatório, aprovar a previsão orçamentária anual. Realizar as eleições para Diretoria e Conselho Deliberativo.
- b. extraordinariamente, sempre que solicitada por mais de dois terços dos associados em gozo dos direitos sociais, em documento dirigido ao Conselho Deliberativo e de qual conste, obrigatoriamente, os motivos, ou quando convocada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, com finalidades específicas.

Art. 20 - As Assembléias Gerais serão instaladas pelo Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 1º - Nas Assembléias Gerais ordinárias o "quorum" será superior a 50% dos sócios com direito a voto em primeira convocação. Em segunda convocação a Assembléia será instalada com qualquer número, trinta minutos após;

§ 2º - Nas Assembléias extraordinárias o "quorum" será de sessenta por cento dos sócios com direito a voto. Uma segunda convocação só poderá ser realizada decorridos trinta dias, com o mesmo "quorum".

Art. 21 - Instalada a Assembléia Geral proceder-se-á a escolha de seu Presidente que, por sua vez, escolherá dentre os associados presentes, um secretário "ad-hoc".

§ único - O Presidente da Assembléia Geral não poderá ser membro da Diretoria ou do Conselho Deliberativo.

Art. 22 - A eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Deliberativo será por escrutínio secreto.

§ 1º - Outras deliberações que a Assembléia terá que tomar, serão decididas por voto secreto ou não, conforme decidir o voto pessoal dos presentes.

§ 2º - Não haverá voto por procuração, excetuando o caso previsto no §3º do Artigo 7º.

Art. 23 - As decisões da Assembléia serão soberanas e delas não caberá qualquer recurso.

Art. 24 - A Assembléia Geral terá sua convocação feita pelo Presidente do Conselho Deliberativo mediante a publicação de edital no jornal de maior circulação, por duas vezes, e através, ainda, da afixação de aviso na sede social, tudo com a antecedência mínima de trinta dias para as sessões ordinárias, e de quinze dias para as extraordinárias.

Buch
H. R.

§ único - Para tornar efetiva a convocação, o Presidente do Conselho Deliberativo tem o prazo de dez dias, contados da data do recebimento da solicitação que nesse sentido lhe for dirigida, na conformidade do artigo dezoito, letra "b".

Art. 25 - Terminados os trabalhos, a Assembléia será suspensa pelo tempo necessário para a lavratura da ata, em livro próprio, a qual será submetida a aprovação do plenário, sendo assinada pelos membros da mesa e pelos associados presentes.

CAPÍTULO II - Do Conselho Deliberativo

Art. 26 - O Conselho Deliberativo será composto de cinco membros dos quais, pelo menos, 80% serão sócios proprietários, com mandato de dois anos.

§ único - Caso o número de membros do Conselho fique reduzido a menos de 50% (cinquenta por cento), haverá nova eleição para escolha dos membros faltantes, obedecidas as prescrições do Capítulo I do Título III no que couber, salvo se isto ocorrer nos seis meses que antecederem a terminação do mandato do Conselho.

Art. 27 - A direção do Conselho será constituída por um Presidente e um Secretário.

Art. 28 - Compete ao Conselho:

- a. deliberar sobre todos os atos que excedam da competência da Diretoria.
- b. eleger seus dirigentes em sua primeira reunião.
- c. julgar as contas da Diretoria.
- d. aplicar as penalidades de sua competência, previstas no Art. 16.
- e. constituir, sempre que necessário, as Comissões Fiscal e de Sindicância.
- f. decidir sobre os casos omissos nestes estatutos, "ad-referendum" da Assembléia Geral.
- g. fixar ou alterar as mensalidades, jôias ou taxas, quando for solicitado pela Diretoria.
- h. autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens até o limite estabelecido em Assembléia Geral.
- i. aprovar o regimento interno da Diretoria.

Revisão

- j. reunir-se bimestramente.
- k. encaminhar a Assemblêia a previsão orçamentária anual e, quando for o caso, proposta de reforma do Estatuto.
- l. elaborar o Código Eleitoral.
- m. designar os membros da Junta Eleitoral.

CAPÍTULO III - Da Diretoria

Art. 29 - À Diretoria cabe o exercício dos atos administrativos do CRAC durante o período de seu mandato, que será de dois anos,

Art. 30 - A Diretoria terá os seguintes cargos:

- a. Presidente
- b. Vice-Presidente
- c. Secretário
- d. Tesoureiro

§ único - Os cargos das letras "a", "b" e "d" serão ocupados por sócios proprietários.

Art. 31 - Uma vez eleita, poderá o Presidente criar novos cargos, para os quais o ocupante será convidado, nele permanecendo enquanto consultar os interesses da Diretoria.

Art. 32 - Compete ao Presidente:

- a. delegar poderes para representá-lo na solenidade em que deva estar presente.
- b. representar o CRAC ativa, passiva, judicial e extra judicialmente.
- c. assinar todos os papéis do CRAC.
- d. assinar com o Tesoureiro as retiradas bancárias.
- e. admitir e demitir funcionários do CRAC.
- f. visar todos os documentos internos.
- g. presidir as reuniões da Diretoria, convocando-a quando julgar necessário.
- h. solicitar a convocação do Conselho Deliberativo, quando a Diretoria julgar necessário.
- i. apresentar ao Conselho Deliberativo até 30 de abril de cada ano, o relatório, balanço e prestação de contas do ano anterior.
- j. autorizar a realização das despesas constantes do orçamento aprovado.



- k. assinar com o Secretário as carteiras sociais, diplomas e títulos de sócio proprietário.
- l. decidir, "ad-referendum", os casos de urgência da competência da Diretoria.
- m. fazer constar das atas de reunião da Diretoria as nomeações e exonerações de seus membros não eleitos, comunicando-as ao Conselho Deliberativo.
- n. praticar todos os demais atos indispensáveis a boa administração do Clube, desde que não sejam da competência da Diretoria ou de outros órgãos.

Art. 33 - Compete ao Vice-Presidente:

- a. assumir a direção dos CRAC dos casos de renúncia do Presidente ou vacância do cargo, adotando as providências imediatas para nova eleição, quando for o caso.
- b. substituir o Presidente em seus impedimentos ocasionais.
- c. comparecer às reuniões da Diretoria.

Art. 34 - Compete ao Secretário:

- a. guardar todos os papéis e documentos da Secretaria.
- b. indicar funcionários para sua seção, quando for necessário.
- c. manter sempre em ordem os arquivos e em dia a correspondência.
- d. secretariar os trabalhos da Diretoria.
- e. preparar cuidadosamente a lista dos associados em condições de participar da Assembléia Geral.
- f. substituir o vice-Presidente em seus impedimentos.

Art. 35 - Compete ao Tesoureiro:

- a. administrar o serviço da Tesouraria.
- b. assinar com o Presidente as retiradas bancárias.
- c. responsabilizar-se por todos os valores em seu poder.
- d. manter em dia escriturados os livros a seu cargo.
- e. apresentar mensalmente ao Secretário a relação dos associados em atraso.
- f. apresentar à Diretoria, mensalmente, um relatório do movimento da Tesouraria, e, anualmente, o balanço à Comissão Fiscal.

Buel
Horta

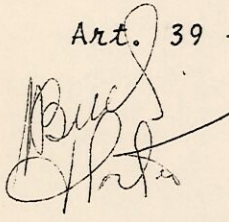
Art. 36 - As atribuições e competências dos demais membros da Diretoria serão fixadas por ocasião da criação de novos cargos e constarão em ata da reunião da Diretoria que os criar.

Art. 37 - É da competência da Diretoria:

- a. Administrar o CRAC com zelo e dedicação, exercendo todos os poderes não atribuídos a outro órgão.
- b. resolver sobre admissão, transferência de categoria, demissão, eliminação, desligamento e licenciamento de sócios, bem como sobre as transferências de títulos de sócios proprietários.
- c. conceder cartões de frequência temporária à sede social, em favor de pessoas estranhas.
- d. impor as penalidades de sua competência.
- e. propor ao Conselho Deliberativo a reforma ou alteração do Estatuto.
- f. organizar e encaminhar ao Conselho Deliberativo até trinta de abril a previsão orçamentária anual.
- g. autorizar, "ad-referendum" do Conselho Deliberativo e por proposta do Presidente, as despesas inadiáveis, de caráter urgente não previstas no orçamento, até o limite fixado pela Assembleia Geral.
- h. baixar instruções e portarias e criar regulamentos dentro de sua competência.
- i. assinar contratos de locação ou arrendamento de dependências do Clube e outros que envolvam responsabilidades financeiras, ouvido o Conselho Deliberativo.

TÍTULO IV - DA COMISSÃO FISCAL

Art. 38 - A Comissão Fiscal será constituída por tres membros, sócios do Clube, escolhido pelo Conselho Deliberativo todas as vezes que se tornar necessária sua presença.

 Art. 39 - As reuniões da Comissão Fiscal serão solicitadas pelo Presidente do Conselho, que, para isto, enviará comunicação aos tres membros que escolher, fixando os prazos para o desempenho da Comissão compatíveis com a solicitação feita.

Art. 40 - Do resultado de suas atividades, o membro mais idoso da Comissão dará conta ao Presidente do Conselho Deliberativo.

tivo, através de relatório circunstanciado, podendo nele apontar as providências que, a critério da Comissão, devem ser tomadas.

Art. 41 - Compete à Comissão Fiscal:

- a. examinar o movimento financeiro do CRAC.
- b. apresentar parecer no balanço anual do CRAC, que será encaminhado pela Diretoria ao Conselho Deliberativo.
- c. executar outras atribuições que, à ocasião da solicitação, sejam determinadas pelo Conselho.

TÍTULO V - DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 42 - A Comissão de Sindicância terá a duração e constituição em tudo semelhante a Comissão Fiscal, constante dos artigos 38, 39 e 40 deste Estatuto.

Art. 43 - Compete à Comissão:

- a. emitir parecer sobre o ponto de vista de idoneidade dos sócios propostos ao CRAC.
- b. sindicatar qualquer fato, mediante solicitação do Præsidente do Conselho, sendo-lhe facultado o exame de quaisquer livros ou documentos do CRAC no bom desempenho de sua missão.

TÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO

Art. 44 - O Patrimônio do CRAC compor-se-á:

- a. dos bens móveis e imóveis que possue.
- b. dos títulos e ações que forem adquiridos.

TÍTULO VII - DAS RENDAS

Art. 45 - Constituem renda ao CRAC:

- a. as mensalidades.
- b. as jōias e taxas.
- c. a renda de alugueis e arrendamentos.
- d. as subvenções dos poderes públicos.
- e. os donativos de qualquer procedência.
- f. outras rendas não especificadas.

*Buel
Horta*

TÍTULO VIII - DAS ELEIÇÕES

Art. 46 - As eleições no CRAC serão precedidas de publicação de edital em jornal local de grande circulação, por duas vezes, e de fixação de avisos na sede social, tudo com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 47 - Até quinze dias antes das eleições serão recebidas pela Secretária os pedidos de inscrição das chapas, neles constando o seguinte: a) nomes dos candidatos e seus números de inscrição no Clube; b) cargos correspondentes; c) data e assinaturas.

§ único - Os pedidos de inscrição de chapas são poderão ser deferidos se todos os candidatos se encontrarem em pleno gozo dos direitos sociais.

Art. 48 - São cargos eletivos os seguintes: membros do Conselho Deliberativo, Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

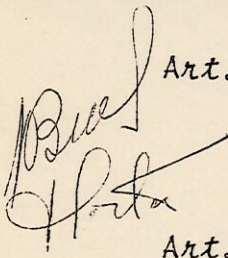
§ 1º - O mandato de todos os cargos será de dois anos.

§ 2º - As eleições para membros do Conselho Deliberativo se processarão em anos alternados com as dos demais cargos.

§ 3º - A posse dos eleitos será no dia primeiro de julho (1º Julho).

TÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 - O CRAC não poderá manifestar-se oficialmente sobre as assuntos de caráter político, racial ou religioso.

 Art. 50 - As dependências do CRAC não poderão ser cedidas para manifestações sobre os mesmos assuntos citados no artigo anterior.

Art. 51 - O número de sócios proprietários será fixado pela Assembléia Geral.

Art. 52 - A dissolução do CRAC dependerá de Assembléia Geral especificamente convocada para este fim a que deverá comparecer mais de 2/3 de seus sócios proprietários, respeitando o artigo 19 - letra b".

- Art. 53 - A segunda convocação para a finalidade prevista no artigo anterior será efetuada dez dias após a primeira, e a ela deverão estar presentes um mínimo de sessenta por cento dos sócios proprietário .
- Art. 54 - Deliberada a dissolução, será imediatamente eleita uma comissão destinada a realizar o ativo e efetuar o pago mento do passivo, dentro de um prazo que se estabelece rá.
- Art. 55 - Dentro de cento e oitenta dias da data de aprovação deste estatuto, o Conselho Deliberativo e a Diretoria redi girão seus respectivos regimentos internos.
- Art. 56 - O presente Estatuto será transcrito em Ata da Assemblêia Geral que o aprovar.
- § único - O Presidente providenciará a impressão das cópias ne cessárias deste Estatuto após sua aprovação, transcre vendo-as diretamente do livro de atas da Assemblêia.
- Art. 57 - Enquanto não dispuser do Regimento Interno a Diretoria se orientará pelo presente Estatuto.
- Art. 58 - O ano sócio-administrativo se encerrará no dia trinta do mês de abril.
- Art. 59 - Na data em que for aprovado este Estatuto, será insta lada a Junta Eleitoral para a próxima eleição da Direto ria de conformidade com a letra "m" do artigo 28.
- Art. 60 - Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos em As semblêia Geral.
- Art. 61 - Para fins dos benefícios da Lei que Regula as Sociedades de Fins Não Lucrativos, faz-se constar que: a) o CRAC é uma sociedade sem fins comerciais lucrativos e com fins educacionais científico e social; b) presta servi ços sem qualquer discriminação de raça, cor e religião; c) não distribui qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação; d) a plicará integralmente no país os seus recursos na manu tenção de seus objetivos institucionais; e) mantém es crituração de suas receitas e despesas em livro revesti do de formalidade capazes de assegurar as sua exatidão;

f) a Diretoria, o Conselho Deliberativo e Comissões não têm remuneração a título de pró-labore ou qualquer ou tra espécie; g) em caso de dissolução será o seu acervo doado a uma instituição congênere ou, caso não haja, à Prefeitura Municipal de Vitória ou Vila Velha-ES, con forme decisão em Assembléia Geral na ocasião.

Art. 62 - O presente Estatuto entra em vigor a partir desta data de 22 de abril de 1978, com a sua aprovação em As sembléia Geral.

C. M. F. Silva
Pres. Conselho -

Américo Ducl
Presidente do Club.

20
20/10/78



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

anexo ao Proc. nº 1366/78

A Comissão de Justiça
S.S. 24 10 1978.
[Signature]
PRESIDENTE DA COMISSÃO

A Sua Secretária da
Comissão de Justiça.
Em, 25-10-78
Alexico B. Malta
Chefe da A. do C. e Cerimonial

Comissão da Justiça
Em 25/10/1978

[Signature]

Ao Sr. Vereador

Begem para Relatar

Em 25/10/1978

[Signature]
Presidente da Comissão



Câmara Municipal de Vitória

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Processo nº. 1 366/78

Assunto : Considerando de Utilidade Pública

Iniciativa: Vereador Arnaldo Pratti

Relator : Vereador Ary Pereira Bezerra

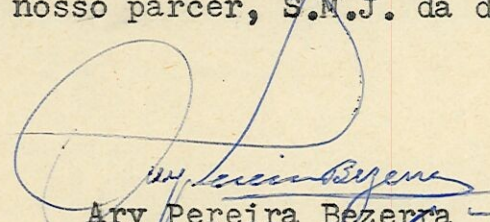
Senhor Presidente e demais membros,

Visa o presente projeto de Decreto Legislativo, considerar de Utilidade Pública o Clube de Radioamadores Capixabas, "CRAC", com sede e fôro nesta Capital.

Trata-se de uma Entidade sem fins lucrativos e, como seu próprio estatuto reza, dentre as suas múltiplas finalidades, é congregar a classe de radioamadores e prestar auxílio às instituições oficiais e as particulares nos casos de calamidade pública.

A matéria é jurídica, regimental e legal, razão porque somos pela aprovação do presente projeto de Decreto Legislativo.

É o nosso parecer, S.M.J. da douta comissão de Justiça.


Ary Pereira Bezerra
Vereador - Relator


APROVADO O PARECER
EM 31/12/78
Presidente da Comissão

Sr. Chefe:

Ovidamente providenciado

Em 31/10/78



Processo nº. 1.366/78
Assunto: Considerando de Utilidade Pública
Iniciativa: Vereador Arnaldo Pratti
Relator: Vereador Ary Pereira Bezerra

Senhor Presidente e demais membros,

Via o presente projeto de Decreto Legislativo, considerando de Utilidade Pública o Clube de Radionamadores Capixabas, "CORAC", com sede e foro nesta Capital.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e, como seu próprio estatuto reza, dentre as suas múltiplas finalidades, é proporcionar a classe de radionamadores e prestar auxílio às instituições oficiais e as particulares nos casos de calamidade pública.

A matéria é jurídica, regimental e legal, razão porque somos pela aprovação do presente projeto de Decreto Legislativo.

É o nosso parecer, S.M.J. da douta comissão

de Justiça.

Ary Pereira Bezerra
Vereador - Relator

APROVADO
EM 31/10/78
Pelo Conselho



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Guessa ao proo. 1366/78

A Sa. Maria Aparecida
para providenciar a extração
do arrolho.

Em, 07-11-78.

Albino B. Malta

Chefe da A. de C. e Cerimonial

Si. Chep:

Indicadamente
providenciado. 7-11-78
Aparecida

AVULSO Nº 59/78

Nº DO PROCESSO

-1366/78

EMENTA

- Projeto de Decreto-Legislativo, considerando de utilidade pública o Clube de Radiomadores Capixabas "CRAC". -

INTERESSADO

- Vereador Arnaldo Pratti

.....

PARECER

- Comissão de Justiça -PELA APROVAÇÃO.



Câmara Municipal de Vitória
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Protocolo Geral

N.º 1366/78

Em 24 de 10 de 1978

RRRoeh

Protocolista

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39/78.

Art. 1º - É considerado de utilidade pública o Clube de Radioamadores Capixebas-
" CRAC "

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-
posições em contrário.

Sala das Sessões em, 24 de outubro de 1978.

Arnaldo Pratti
ARNALDO PRATTI
Vereador



Câmara Municipal de Vitória

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N.

J U S T I F I C A T I V A

O Clube de Radioamadores Capixabas, é uma entidade sem fins lucrativos e visa congregar a classe de radioamadores.

O lema é a fraternidade universal e a experiência tecnológica / no campo da eletrônica.

Justo será o reconhecimento desta Câmara, tornando de utilidade pública uma entidade que congrega radioamadores, estes homens que transmitem e recebem mensagens de caráter de utilidade pública.



Câmara Municipal de Vitória
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Processo nº. 1 366/78

Assunto : Considerando de Utilidade Pública

Iniciativa: Vereador Arnaldo Pratti

Relator : Vereador Ary Pereira Bezerra

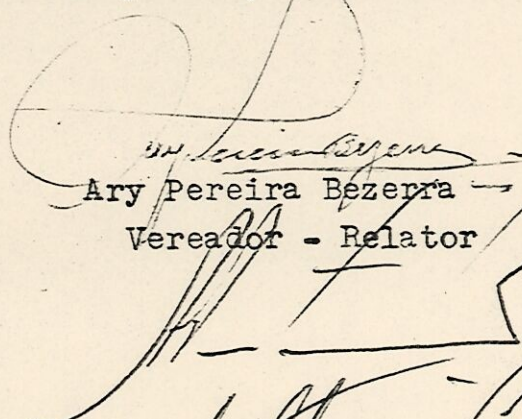
Senhor Presidente e demais membros,

Visa o presente projeto de Decreto Legislativo, considerar de Utilidade Pública o Clube de Radioamadores Capixabas, "CRAC", com sede e fôro nesta Capital.

Trata-se de uma Entidade sem fins lucrativos e, como seu próprio estatuto reza, dentre as suas múltiplas finalidades, é congregar a classe de radioamadores e prestar auxílio às instituições oficiais e as particulares nos casos de calamidade pública.

A matéria é jurídica, regimental e legal, - razão porque somos pela aprovação do presente projeto de Decreto Legislativo.

É o nosso parecer, S.M.J. da douta comissão de Justiça.


Ary Pereira Bezerra
Vereador - Relator


APROVADO PARECER
EM 31/10/78
Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vitória

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Protocolo Geral

N.º 1613/78

Em 14 de 12 de 1978

2º Rodas

Protocolista

O Meador finatário, no uso de
suas atribuições legais, requer a V. Exa., ou-
vido o Pleno, seja concedida urgência
para o projeto de lei nº 89/78, protocolado
sob. o nº 1.866/78.

Sala das Sessões em, 14/12/78

Mador

Aprovado por 15 votos.

A' Secretaria para providenciar

Aprovado em Discussão

por 15 - votos.

S. S. Presidente da Câmara

Presidente da Câmara



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Anexo ao Proc nº 1613/72



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Inera ao p. 4366/78

Inclua-se na ordem do dia

S. S. *27-11-1978*

16.6.1978
Presidente da Câmara

Aprovado em *1ª* discussão
por *14* - votos.

S. S. *17-12-1978*

16.6.1978
Presidente da Câmara

Aprovado *2ª* discussão
por *15* - votos

A omissão de Redação para
Redação final.

S. S. *14-12-1978*

16.6.1978
PRESIDENTE DA CÂMARA



Câmara Municipal de Vitória
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N. _____

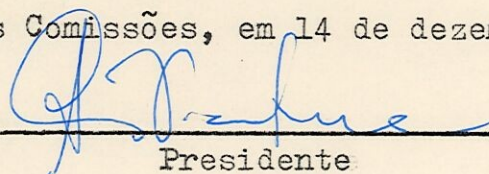
COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE ^{DEC. LEGISL.} ~~LEI Nº~~ 39/78

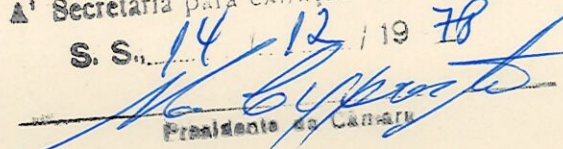
Art. 1º - É considerado de utilidade pública o Clube de Radioamadores Capixabas-
" CRAC "

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-
posições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 1978



Presidente

Aprovada a redação final
por 14 votos.
A' Secretaria para extração dos autógrafos
S. S. 14 / 12 / 19 78


Presidente da Câmara



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Anexa ao Proc. Nº- 1366/78

Ao Superintendente Administrativo

18/12/78

Marta J. A. Almeida

Chefe da A. de C. e Cerimonial

Ao Diretor do Departamento de Modernização administrativa, para as providências que se tornarem necessárias.

Em 18/12/78

Superintendente Administrativo

do Sr. Edm, digo Jibau,
para providenciar a ex-
ecução do Decreto e, encaminhá-lo
ao D. D. para a devida publica-
ção.

Em 18-12-78

Diretor Dep. Modernização Administrativa

Seu Diretor,

providenciado pelo ofício nº 580/78
conforme cópia anexa

18-12-78

Procurador

Paulo Superintendente,
Com as providências
necessárias.

Em 18-12-78
Administrativa
[Signature]

ARQUIVE-SE

Em 24/01/79

SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO



Câmara Municipal de Vitória
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N. OF. 580/78

Vitória, 18 de dezembro de 1978.

Assunto: Publicação

Senhor Diretor,

A fim de serem publicadas por esse órgão,
encaminho a V.Sa. cópias dos Decretos Legislativos nºs
128, 129, 130, 131, 132 e 133/78.

Na oportunidade, apresento a V.Sa. os meus
protestos de estima e distinta consideração.

Mario Cypreste
PRESIDENTE DA CÂMARA

João Rêgo, Sr.
José Maria Athayde Guimarães
Diretor do Departamento de Administração
Assessoria

Oficial

DECRETO LEGISLATIVO Nº 128

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA,
no uso de suas atribuições contidas no art. 28, letra-
"d", do Regimento Interno, faço saber que o Plenário -
da Câmara aprovou e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. - É considerado de Utilidade Pública
o Clube de Radicadores Capixabas - "CRAC".

Art. 2º. - Este Decreto Legislativo entra em -
vigor na data de sua publicação.

Palácio Attilio Vivacqua, em 18 de dezembro de 1 978.

Mário Cypreste
PRESIDENTE DA CÂMARA

Publicado em 12.07.1978
de 22/12/1978